

## O DEBATE SOBRE O SERVIÇO PÚBLICO DE TELEVISÃO EM PORTUGAL: ALGUMAS NOTAS

Manuel Pinto<sup>1</sup>

A proposta que deu origem a este texto foi no sentido de, no quadro da reflexão sobre os cinquenta anos da RTP, se fazer um “estado da arte” relativamente ao debate sobre o serviço público de televisão, em Portugal. Convém, desde já, esclarecer que, quando ela é incipiente, torna-se difícil fazer o desejável “estado da arte”. Por esse motivo, que tem tanto de básico como de incontornável, não iremos propor aqui nada mais do que algumas notas susceptíveis de contribuir para o objectivo enunciado.

Neste contexto, esclareçamos, entretanto, alguns pontos. Em primeiro lugar, importa dizer que quando utilizamos aqui o conceito de “serviço público de televisão” aludimos a uma acepção técnica e restritiva do mesmo, sendo que tal corresponde, no caso português, ao operador a quem o Estado atribui a respectiva missão. Isto não significa, naturalmente, que não se tenha em conta que, no decurso dos debates, se pode aflorar e elevar a objecto de enunciação uma concepção mais abrangente de “serviço público”, segundo a qual cabe – poderia ou deveria caber – a todos os operadores televisivos a prestação deste serviço.

A segunda nota introdutória refere-se à necessária contextualização das reflexões que possam ser desenvolvidas. Contrariamente a uma perspectiva centrada nas tecnologias ou nos *media* (“mediocentrismo”), entendemos que as instituições mediáticas e, desde logo, a RTP são, a um tempo, construções sociais situadas espaço-temporalmente e, igualmente, actores na sociedade, reagindo aos desafios e estímulos que dela emergem e agindo proactivamente sobre ela. Nesta linha, a instituição RTP, ainda que seja dotada de relativa autonomia, no contexto do sistema sociopolítico e cultural, inscreve-se na trama que faz o país, sendo, ao mesmo tempo, um reflexo e um agente deste. Deste ponto de vista, é de notar que tanto a génese desta instituição como uma boa parte do seu percurso ocorreram sob um regime autoritário e altamente repressivo e censório, a que,

<sup>1</sup> Professor da Universidade do Minho e investigador do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (contacto: mpinto@ics.uminho.pt).

no caso português, pelo menos, se haveria de juntar a especificidade do paternalismo das elites dirigentes relativamente às “massas populares”.<sup>2</sup>

Cabe-me, por fim, assinalar a importância que a promoção da reflexividade tem para o objecto televisivo, em geral, e para o operador público, em particular. A obviedade e a omnipresença desse objecto, associadas ao subdesenvolvimento das ciências sociais e humanas – pelo menos até aos anos 70 do século findo – e a uma atitude algo preconceituosa e ilegítima por parte das elites, contribuíram para um défice de pensamento sobre a televisão. Se é certo que, entretanto, muitos passos foram dados, não é menos verdade que continuamos a carecer de elementos que são decisivos para que haja uma consciência crítica e interventiva em relação a esta matéria, essencial para o exercício da cidadania.

### 18.1 – Os primeiros anos – quando o debate era unicolor

As marcas do autoritarismo e do paternalismo, atrás referenciados, acompanham, desde muito cedo, a trajectória histórica do serviço público. António Ferro (jornalista e conceituado intelectual do regime salazarista), que chegou a ser director do Secretariado da Propaganda Nacional, declarava, no acto da assunção do cargo de chefe da Emissora Nacional, em 1941: “A primeira grande interrogação de quem toma posse deste lugar é a seguinte: deve a Emissora Nacional acompanhar o gosto do público ou dominá-lo?”

A resposta, eloquente, não deixa lugar a dúvidas e fica como mote orientador da acção da rádio e, porventura, ainda mais da televisão pública:

“A Emissora renunciaria ao seu programa essencial, ao próprio título de nobreza que contém o seu nome, se passasse o tempo a satisfazer as exigências medíocres de certas camadas da população de rádio-ouvintes, que precisam de ser orientadas, ensinadas e nunca lisonjeadas nas suas baixas tendências (...) Este organismo falhará, na verdade, se não for, em todas as horas, para além da objectiva propaganda política, o porta-voz da revolução libertadora e renovadora que lhe deu o ser”.<sup>3</sup>

Cabe observar, porém, que a posição de Ferro está longe de ser isolada e descontinuada. O paternalismo, por vezes apoiado em orientações ideológicas contrárias entre si, viceja em diferentes contextos, épocas e regimes, constituindo um interessante problema associado ao estudo dos dinamismos culturais e à luta ideológica. Assumida como um meio útil e vantajoso de cultivar e orientar o povo, a televisão (a pública – a única que havia e que era permitida por lei) tornou-se também um instrumento político, uma espécie de “prolongamento do Estado”.<sup>4</sup> Isso torna-se visível numa entrevista dada por Marcelo Caetano, um alto dignitário do regi-

<sup>2</sup> Entendemos, na esteira de Raymond Williams, que paternalismo é a expressão de um sistema autoritário com “valores” e “objectivos” que estão para lá da manutenção do poder: afirmam “o dever de protecção e de orientação”, que implica controlo (Williams, 1978).

<sup>3</sup> Cit in Sousa e Santos (2005: 62).

<sup>4</sup> Expressão utilizada por Jean-Michel Rodes (2005: 33) a propósito das televisões públicas nos países da Europa do Sul que conheceram regimes ditatoriais mais ou menos prolongados.

me, cujo nome é indissociável do impulso de implantação da TV em Portugal. Afirma ele, já depois de ter sido deposto, em 1977:

“Não oculto que segui os primeiros passos da Radiotelevisão Portuguesa com profundo interesse e entusiasmo até. Não imaginava que, anos depois, como chefe do governo, ela me seria de tanta utilidade para o estabelecimento de uma corrente de comunicação entre mim e o povo português. Mas sabia, desde o início, que era um instrumento ideal para o governo se tornar popular... se o merecesse”.<sup>5</sup>

Não era apenas a visão pragmática e instrumentalista que se evidenciava neste posicionamento de Caetano, numa assinalável linha de continuidade com o passado. Se bem se observar, havia já a percepção clara da estreita relação entre o Governo e os governados (ainda que com a *nuance* – que, num académico brilhante, não espanta – de as propriedades e os requisitos que poderiam tornar o Governo popular não dependerem apenas do novo meio de comunicação).

Pode, neste sentido, enunciar-se a ideia de que, na cerca de década e meia que medeia entre a criação da RTP e o 25 de Abril de 1974, quer a produção discursiva sobre o papel do novo meio (tendencialmente unicolor) quer, sobretudo, a prática adoptada (num único canal até 1968 e em dois a partir desse ano) se pautaram, no essencial, por três preocupações:

i) evitar que a televisão pudesse “ser colocada ao serviço de hábeis manipuladores de opinião pública – insuficientemente preparada para se defender da forma mais lúcida e conveniente”;<sup>6</sup>

ii) orientar e formar a população no que respeita a conhecimentos, valores e mundividências;

iii) governar melhor, explicando ao povo o sentido e o alcance das medidas políticas mais relevantes (o que se verificou, sobretudo, sob o governo marcelista, com as regulares “Conversas em Família”).

Neste contexto, afirmar que a RTP foi, ao longo destes anos, um mero serventário do poder político, ostensivamente de costas voltadas para o interesse público, pode, porém, não ser totalmente consistente com a verdade histórica, particularmente até aos finais da década de 60. É certo que foi mais um serviço do poder do que do público, mas não nos podemos esquecer de que o poder da altura, ainda que não fosse democrático, era detentor de uma visão e de uma interpretação do bem comum e era em nome deste que defendia uma determinada orientação política. São as mudanças profundas que vão passar a marcar a sociedade portuguesa a partir do final dos anos 50 – a incipiente industrialização, a crise do mundo rural, os fluxos emigratórios, o desencadear da luta de libertação nas colónias de África, o isolamento internacional – que vão levar, progressivamente, ao desmoronamento do quadro material e imaginário sobre o qual Salazar edificou o regime.

<sup>5</sup> Fonte das citações: Cádima (1996: 32-35).

<sup>6</sup> Frase atribuída ao então deputado Manuel José Homem de Mello, num debate ocorrido na Assembleia Nacional, em 1972.



A televisão, ainda que fosse a “principal porta-voz da política do Estado Novo” e, “a par do sistema repressivo policial e do sistema censório, um dos elos fundamentais do campo comunicacional do sistema monopartidário” (Cádima, 1995: 19), acabou por, contraditoriamente, ser “muito mais do que isso”, como sustentam Sousa e Santos. Na verdade, a censura e o controlo, sendo férreos relativamente a determinado tipo de conteúdos, não impediram que certa ficção externa, certos concursos, certa programação de cunho pedagógico abrissem horizontes que eram, na melhor das hipóteses, familiares apenas a uma minoria (Sousa, e Santos, 2005). As próprias existência e difusão da televisão suscitaram práticas novas de sociabilidade (em torno do acto de ver) e introduziram temáticas, até então desconhecidas, nas relações sociais e nos costumes, convertendo-se, ainda que silenciosa e debilmente, num factor de mudança social, incrustado paradoxalmente no aparelho de dominação ideológica que era a RTP.

Em resumo, e para retomarmos o fio da reflexão empreendida neste texto, pode-se concluir que, no período salazarista e marcelista da RTP, não havia lugar para debates, mas, antes, para lições e, eventualmente, para “conversas” – ou, melhor dito, monólogos “em família”.

## 18.2 – Momentos do debate em democracia

Partamos, pois, do pressuposto (quicá excessivamente simplificador da realidade) de que o debate sobre a televisão e o seu serviço público se inaugurou verdadeiramente com o regime democrático, após 1974.

Por questões de organização da reflexão, tomaremos as décadas por delimitações temporais, considerando que os anos subsequentes ao 25 de Abril foram, primeiro, marcados pelo clima revolucionário e de grande disputa pelo controlo da RTP e, depois, pela busca de um modelo institucional que contemplesse já a perspectiva de existirem operadores privados no horizonte (segundo Soares Louro, este período de transição entre um regime autoritário e censório – que tão profundamente marcou a televisão do Estado – e a democracia prolongou-se por toda a década de 80).<sup>7</sup>

A discussão pública sobre o papel, o sentido e até a razão de ser de um serviço público de televisão aflora, volta e meia, no espaço público, seja devido a algum caso suscitado pela actividade dos canais, seja devido a medidas relacionadas com a definição de políticas para o sector ou com a actividade reguladora. Daremos aqui especial destaque a dois momentos desse debate público: ao processo que conduziu à admissão do princípio do exercício da actividade televisiva por parte de operadores privados e à “terapia de choque” (assim como à fortíssima polémica que desencadeou) defendida e parcialmente levada a cabo pelo XV Governo Constitucional, saído das eleições de Março de 2002.

### 18.2.1 – Os anos 80: o debate sobre a concorrência de operadores privados

Uma das preocupações que de forma mais célere encontrou resposta no período posterior ao 25 de Abril foi a definição para um novo quadro regulamen-

<sup>7</sup> Louro (2002: 141).

tador da liberdade de imprensa. A respectiva lei começou a ser esboçada no Verão de 1974 e seria publicada em Fevereiro do ano seguinte, continuando, ainda hoje, a ser uma pedra basilar do edifício jurídico-político no sector da comunicação e dos *media*. Análogos princípios e orientações acabariam por prevalecer no documento constitucional saído da Assembleia Constituinte que foi eleita em 1975, o qual, no que à actividade de televisão dizia respeito, estabelecia que esta não podia ser objecto de propriedade privada. Neste quadro, não deixa de ser sintomático que só em 1979 tenha sido aprovada uma lei para a televisão.

Este pressuposto, que tinha vigorado desde o início da criação da RTP, nos anos 50, e segundo o qual só o Estado podia ser detentor de meios de produção e difusão televisiva, começava a ser objecto de questionamento numa Europa onde o regime de monopólio havia sido dominante, sendo-o igualmente, ainda que de forma tímida, em Portugal. Segundo Mário Mesquita, logo na Constituinte, Adelino Amaro da Costa, deputado pelo CDS, sugeria, na declaração de voto sobre o impedimento da propriedade privada da televisão, que a “fórmula negativa” adoptada deixava margem a “soluções jurídicas positivas diversificadas”, nomeadamente a concessão da actividade (que não a propriedade) a entidades privadas. Jorge Miranda, outro deputado constituinte e reputado constitucionalista, defenderia a pertinência desta interpretação do texto fundamental (Mesquita, 1993: 392, 404).

Não se trata aqui de uma questão menor ou especiosa, típica de debates hermenêuticos inconclusivos. De facto, os requerimentos surgidos, no início da década, do lado da Igreja Católica, de, a exemplo do que se passava há largo tempo com a rádio, ao abrigo de disposições concordatárias e constitucionais, solicitar ao Estado a concessão da exploração de um canal de televisão,<sup>8</sup> pode associar-se àquela interpretação do preceito constitucional.

A verdade é que toda a década de 80 vai ser marcada pelo debate em torno desta questão do monopólio televisivo detido pelo Estado. A par de um alegado compromisso – que Cavaco Silva tentou, sem êxito, retomar na segunda metade dos anos 80 – assumido pelo Governo da Aliança Democrática com o Patriarcado de Lisboa, outros factores entraram em jogo, convergindo no sentido de um crescente consenso político quanto à inevitabilidade de romper o regime monopolista. Um desses factores foi o impacto provocado pelas orientações políticas de feição neoliberal, inspiradas pelo “reaganismo” e pelo “tatcherismo”, às quais a queda dos regimes comunistas da Europa de Leste viera dar alento, incentivando práticas de “desregulamentação” e de abertura à lógica de mercado em todos os sectores da vida pública. A par deste factor económico-político e ideológico, também o tecnológico conheceu desenvolvimentos que alteraram radicalmente o *statu quo*. O crescimento e a expansão da televisão difundida via satélite na Europa entraram de forma eufórica por Portugal adentro, a partir de meados dos anos 80, com a multiplicação das antenas parabólicas, disponibilizadas em várias localidades pelas próprias autarquias ou por iniciativas de grupos de cidadãos. De repente, uma boa parte do país podia seguir uma diversidade de canais estrangeiros cuja existência não era permitida dentro de portas, enquanto outra parte acompanhava com regularidade, nas zonas fronteiriças, os canais do país vizinho; havia, ainda, outros

<sup>8</sup> Ver, para obter mais pormenores sobre estes requerimentos, Carvalho (2002: 15-16).

que, aproveitando o vazio legal, se lançavam na produção e na emissão de TV piratas. Um dos argumentos invocados na Europa para o regime de monopólio – a escassez do espectro radioelétrico – ia-se esvaindo na sua impertinência.

Os partidos que, tradicionalmente, ofereciam mais resistência à abertura da televisão à iniciativa privada, com destaque para os socialistas, foram mudando de posição e chegaram ao ponto de apresentar propostas tendentes à alteração das disposições constitucionais, o que se viria a consubstanciar na revisão da Constituição de 1976. A partir de então, num quadro de maiorias absolutas lideradas por Cavaco Silva, seria instituída a Alta Autoridade para a Comunicação Social, aprovada a nova lei de televisão (1990) e lançado o concurso para dois canais privados. Desse processo resultaria a decisão de atribuir uma licença à SIC, liderada pelo ex-primeiro ministro social-democrata, e dono do semanário Expresso, Francisco Pinto Balsemão (o canal iniciou a sua actividade em Outubro de 1992), e à TVI, ligada a sectores da Igreja Católica (e que arrancou em Fevereiro de 1993).

Analisando este processo, a investigadora da Universidade do Minho Helena Sousa resume o seu ponto de vista num tom fortemente crítico, que contraria o entusiasmo quase geral que acompanhou o processo de implantação, em Portugal, dos canais privados de televisão:

“Uma vez que as preocupações políticas e o debate público se focalizaram sobre quem deveria conseguir os canais, todas as questões fulcrais relacionadas com a introdução de concorrência no sector do *broadcasting* foram negligenciadas. A Lei da Televisão não reflecte uma preocupação séria com o financiamento dos canais, tal como ignora questões como a produção nacional e uma programação equilibrada” (Sousa, 1996).

A mesma investigadora e Luís Santos (2005: 68) fazem uma leitura deste período nestes termos:

“Mais de uma década depois da revolução, a televisão continuava, porém, a ser equacionada quase exclusivamente em termos de propriedade e o operador estatal não tinha tido oportunidade de se reinventar. Os líderes democratas deram-se bem com a herança do Estado Novo e, no essencial, quando alcançaram o poder, fizeram o possível por garantir da RTP uma prestação ‘tranquila’. O público era claramente distinto e com novos interesses e motivações, mas a televisão nunca teve outra opção senão manter-se fiel à sua essência fundadora – servir o poder político”.<sup>9</sup>

### 18.2.2 – A crise dos anos 90 e o debate público de 2002

A RTP viveu toda a década final do século passado sob o espectro de uma crise crescente, que resultou, na nossa opinião, do jogo de diversos factores, alguns deles contraditórios entre si. Do ponto de vista das balizas da sua acção, viu apertarem-se as condições de funcionamento. Desde logo, pela decisão governamental de acabar com a taxa que constituía uma das fontes fundamentais da sua vida

<sup>9</sup> A excepção admitida por estes autores situa-se entre 1977 e 1980, durante a gestão de Soares Louro (idem, *ibidem*: 67).

económica; mais tarde, por pressão dos operadores privados, ao ver reduzido o tempo autorizado para anúncios publicitários; depois, porque foi finalmente assinado, em 1993, um contrato de concessão do serviço público de televisão, que, sintomaticamente, vigorou num dos períodos em que a estação pública foi mais atacada (por pretender concorrer no mesmo terreno e com as mesmas armas dos canais comerciais), o que contribuiu, assim, para o descrédito do seu papel: finalmente, porque a actuação dos privados na disputa por um bolo publicitário limitado e pela marcação cerrada à TV pública (até mesmo nas instâncias europeias) fez reduzir também os proventos que a RTP ia tradicionalmente buscar por essa via.

Para António Reis, que considera sobretudo o aspecto da informação, “o surgimento dos canais privados de televisão teve efeitos ambivalentes”: por um lado, obrigou a RTP a adoptar um “comportamento menos oficioso” e a dar mais atenção às grandes questões nacionais; por outro, estimulou “uma informação mais sensacionalista” e uma “homogeneização por baixo do tipo de programação, cada vez mais dependente da chamada ditadura das audiências” (Reis, 1992: 399).

Continuam por explicar as motivações reais e o sentido de oportunidade política que levaram o governo de Cavaco Silva a acabar com a taxa de televisão, quando já se perfilava a entrada em cena dos operadores privados e se sabia o alcance que tal medida acarretaria para o serviço público no novo quadro que se estava a desenhar para o sector do audiovisual português. Sendo uma medida que, do ponto de vista imediato, caía bem na opinião pública, não será de estranhar que tenha passado sem grandes clamores e críticas e, sobretudo, sem a denúncia de que a extinção poderia implicar, para o erário público, consequências mais graves do que a manutenção, desde que se zelasse pelo seu efectivo cumprimento. A não ser que, sub-repticiamente, estivesse já a ganhar forma uma orientação que emergiria poucos anos mais tarde e se viria a transformar numa proposta política do PSD, no tempo em que o presidente era Marcelo Rebelo de Sousa: a privatização da RTP e a adjudicação dos privados ao serviço público (Pinto, 2000).<sup>10</sup>

O que é certo é que, ao longo de toda a década de 90, a crise se foi agravando numa tríplice vertente: no modo de actuar (performatividade), no plano da identidade num novo quadro concorrencial e, sobretudo, no plano do financiamento.

O governo de António Guterres procura, na segunda metade da década, debelar aquilo que se ia transformando, a cada dia, num cancro para as finanças públicas e num pomo de permanentes disputas políticas. Um novo contrato de concessão do serviço público é assinado no último dia de 2006, procurando clarificar regras de financiamento público<sup>11</sup> e definindo claramente que os objectivos passavam por se “assegurar uma programação de qualidade, equilibrada e diversificada, que contribua para a formação cultural e cívica dos telespectadores, promovendo o pluralismo político, religioso, social e cultural e o acesso de todos os telespectadores à informação, à cultura, à educação e ao entretenimento” (n.º 1 da cláusula 5ª). Estabelecia-se também que “é obrigação do serviço público de televi-

<sup>10</sup> Para um quadro sinóptico da ideia de privatização da RTP, oficialmente apresentada pelo Partido Social Democrata na Assembleia da República em 22 de Abril de 1998 (mas que já o havia sido, pelo menos, desde o ano anterior), cf. Pinto (2005: 58).

<sup>11</sup> Segundo o contrato, a RTP passa a receber anualmente do Estado a diferença entre as receitas publicitárias e o custo da programação.



são ser uma fonte de programação alternativa à televisão comercial”, contrariando “a tendência para a uniformização e a massificação da oferta televisiva” (alínea nº 1 da cláusula 6ª).

Entre os compromissos no papel e a realidade, a distância era, porém, acentuada. O público tinha-se rendido aos estímulos do entretenimento devido a grandes doses de telenovelas, ao *show business*, à informação espectáculo. A RTP dificilmente evitava sair da fatal corrida pela audiência e pelo *share*. Um nome prestigiado como é o de Miguel Sousa Tavares abandona-a, apresentando estes significativos argumentos, publicados no Expresso:

“O público não quer os programas que eu faço e eu não quero fazer os programas de que o público gosta. (...) [Agora as pessoas] gostam de sentimentos, de emoções, de intimidades e da clássica trilogia composta por sexo, violência e escândalo. Este país parece caminhar para uma sociedade de ignorantes na qual o único objectivo é distrair as pessoas e não informá-las. (...) Estou convencido de que se a RTP fizesse uma televisão de qualidade, as privadas, por arrasto, também lá chegariam fatalmente. Porque a audiência também se educa”.

Sousa Tavares toca em pontos-chave que ajudam a pensar a mudança cultural e a abrir o leque de propostas susceptível de interessar aos telespectadores. Mas enferma provavelmente de uma visão centrada em demasia na televisão, assente na crença de que este meio educa e, no caso do serviço público, até se pode tornar um padrão de referência para a acção das televisões privadas. Não é, no entanto, seguro que a visão deste escritor não corresponda apenas a uma parte da realidade da sociedade portuguesa – porventura, a uma realidade que nem será maioritária. De resto, depreende-se que o desânimo de Miguel Sousa Tavares decorre, certamente, do facto de trabalhar numa empresa que não faz “televisão de qualidade”, ao contrário do que o contrato de concessão lhe impõe. Mas deriva também do desinteresse do público, que prefere aderir a outro tipo de conteúdos e de programas. É, pois, complexa, a questão que aqui está em jogo, não sendo fácil identificar uma das suas componentes e fazer dela a origem ou a explicação de todas as dificuldades. Em todo o caso, a ideia de que “a audiência também se educa”, desde que devidamente considerada e ponderada, constitui um tópico sobre o qual um serviço público muito teria a trabalhar e a inovar.

Em finais de 2001, os socialistas deixam o Governo e, em Março seguinte, os sociais-democratas ganham as eleições. O défice da *holding* que reunia a RTP e a RDP é de tal monta, que diversos observadores se referem a uma “falência técnica”. O programa do novo Governo, de Durão Barroso, lê assim a situação: “Ao contrário do que seria desejável, o conceito e a prática do serviço público, em particular na televisão, têm sido fonte de polémica, de concorrência quase irracional com os operadores privados e de esbanjamento dos dinheiros públicos”.

Uma vez no Governo, os sociais-democratas voltam atrás na ideia de privatizar a RTP, mas entendem que a situação exige decisões drásticas, que passam por uma forte redução de pessoal e por medidas de saneamento financeiro e de transparência de gestão, podendo ir até à privatização de um dos canais hertzianos. É também nomeado um grupo de trabalho para estudar em pormenor o futuro do serviço público de televisão. O abanão estrutural que se verificou na RTP, com a ideia associada de privatização de um dos canais (o segundo), suscitou nos

*media* um dos debates mais salientes da história da empresa pública, com particular destaque entre os meses de Março e Junho de 2002.

Não cabe aqui a análise, em pormenor, dos contornos e das características desse debate, visto ter sido publicado um trabalho especificamente centrado nesse objectivo.<sup>12</sup> Sem termos em consideração as intervenções que se poderiam classificar de metadiscursivas (pelo facto de debaterem o próprio debate), vamos resumir a três as posições mais salientes que então se evidenciaram: a liberal, a conservadora e a reformadora.

i) A posição liberal, enunciada por nomes de grande visibilidade mediática, como José Manuel Fernandes e Pacheco Pereira, entende que o facto de o Estado possuir órgãos de comunicação social é um arcaísmo e que aquilo que habitualmente se designa por “comunicação social pública” não passa, ao fim e ao cabo, de uma forma mais ou menos disfarçada de propaganda oficial e governamental, que constitui um permanente e inevitável risco para a liberdade de informação. A tradução desta posição, em termos pragmáticos, poderia ser esta posição, enunciada pelo director do Público, no dia 29 de Maio de 2002: “A RTP é irreformável e, por isso, deve ser extinta”.

ii) A posição conservadora abarca aqueles (e são muitos) para os quais tudo se resumiria ou deveria resumir ao saneamento financeiro da empresa, mantendo-a com o mesmo perfil e com o lugar ocupado até então. Neste sentido, seria inevitável a existência de um canal de pendor generalista, ainda que criterioso, mas teria de haver igualmente um segundo canal complementar, que desse espaço e visibilidade às minorias, aos desportos menos praticados e frequentados, à produção cultural de vanguarda... Nas palavras de Vital Moreira, “para debelar a doença da má gestão financeira da televisão pública, basta curá-la com um novo quadro institucional e regulatório, sendo manifestamente excessivo matar o doente” (Público, 14 de Maio de 2002). Para Eduardo Prado Coelho, “o 1º Canal é para ‘o público’; o 2º Canal é para os ‘públicos’ que nesse ‘público’ existem” (Público, 21 de Maio de 2002).

iii) A posição reformadora ou inovadora apareceu, ainda que debilmente, no debate havido, quando se salientou a necessidade de se “estudar e estruturar um projecto televisivo novo” que “tenha como objectivo principal combater exactamente a ‘cultura’ produzida em Portugal nos últimos anos pelo próprio sistema de televisão” (Marçal Grilo, *Diário de Notícias*, 12 de Junho de 2002). O crítico Cintra Torres, numa linha, de algum modo, convergente, propôs, “para salvar o serviço público, o encerramento da empresa existente (RTP) e a criação de uma nova, muito mais flexível”, seguindo “um modelo análogo ao do ARTE” (Torres, 2005: 153). Mas a medida mais consistente que foi tomada nessa direcção reformadora viria do próprio Governo, quando, acolhendo as sugestões de um grupo de trabalho por si nomeado, decidiu retirar, a prazo, o canal 2 da alçada da RTP e entregá-lo à “sociedade civil”.<sup>13</sup>

<sup>12</sup> Uma primeira edição veio a lume em 2003, editada pelo Núcleo de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho. Uma segunda, ampliada, foi publicada pela editora Campo das Letras (Pinto, 2005).

<sup>13</sup> Cf. Novas Opções para o Audiovisual, Dezembro de 2002 [www.portugal.gov.pt/mp/pt/

A saída que o Governo encontrou para o canal 2 da RTP não deixa de ser interessante, generosa e mesmo, em termos abstractos, revolucionária, mas, como tivemos ocasião de sustentar e de debater noutra lugar (Sousa, e Pinto, 2004), também é contraditória e equívoca. Havia até um corpo de literatura teórica e empírica relativamente extenso com base no qual se poderia fundamentar tal opção e se lhe poderia dar consistência e horizonte, mas não parece que tenha sido convocado para o efeito. A ideia seria assegurar um serviço público de televisão fora do quadro do operador público – conteúdos sem intermediação, saídos directamente de segmentos da sociedade civil para o público em geral, através da responsabilidade por tempos regulares de emissão previamente acordados. Em suma, um serviço público prestado pelo próprio público.<sup>14</sup>

Na análise que fizemos à proposta e à, então incipiente, experiência, reconhecíamos que novos actores e novas vozes se passaram a fazer ouvir em antena e que isso não significou uma diminuição do *share* do canal. Mas, ao mesmo tempo, questionávamos se um tal projecto, nas condições e no enquadramento em que foi lançado, poderia ser mais do que um somatório de espaços de propaganda e de autopromoção de instituições da sociedade civil, realizados amadoristicamente e, uma vez passado o efeito de novidade, susceptíveis de cansar os telespectadores. O intelectual Vasco Pulido Valente, numa das suas colunas (*Diário de Notícias*, 21 de Dezembro de 2002), sugeriu que esta estratégia governamental poderia muito bem ser uma forma dissimulada de conduzir, a prazo, o processo até um desfecho coerente com a intenção inicial: entregar o canal a privados.

É certo que o desconforto evidenciado por algumas vozes que criticavam a solução governamental poderia decorrer de se estar, ao fim e ao cabo, perante uma via mais expectável do lado de correntes políticas defensoras de formas participativas de democracia do que de um Executivo de centro-direita. Em qualquer caso, e como foi frisado,

“a retórica da cidadania não foi acompanhada de qualquer mecanismo regulador eficiente, de forma a contribuir para o desenvolvimento e actualização do conceito de serviço público e da sua implementação. Esperava-se que os cidadãos – desde que possuidores de meios de produção e de *know-how* – se exprimissem e fornecessem gratuitamente programas para o canal 2; mas não foram avançadas quaisquer ideias relativamente à formação em produção audiovisual nem quanto à leitura crítica das narrativas e conteúdos audiovisuais. A educação para os *media* e a literacia mediática não figuravam na agenda” (Sousa, e Pinto, 2004).

Ora, isto pareceria básico se a ideia de um canal apropriado pela sociedade fosse muito mais do que mera retórica.

Uma medida rapidamente tomada pelos socialistas, de novo no poder e com maioria absoluta desde 2005, foi precisamente fazer voltar o canal 2 ao universo

Gablmprensa/docs]. A posição adoptada representa um recuo face à intenção de alienação anteriormente anunciada, mas não deixa de constituir uma solução, por si própria, inovadora.

<sup>14</sup> Do ponto de vista financeiro, o Governo conseguia, desde logo, uma proeza, ainda que não muito significativa, se se tiver em conta o peso do segundo canal no orçamento da empresa: a RTP asseguraria, numa fase inicial, 50% dos encargos com a programação.

da RTP, ainda que mantendo espaços para organizações da sociedade civil (sem o empenho e o incentivo que se encontravam em vigor, refira-se).

O debate de 2002 foi vivo e aduziu argumentos diversos, mas talvez tenha ficado empobrecido pelas lógicas partidárias que o enrouparam. As lógicas dominantes pautaram-se excessivamente por antinomias simplistas, como se, no dizer do crítico João Lopes, “só houvesse ‘gregos’ e ‘troianos’” (*Diário de Notícias*, 18 de Maio de 2002).

No essencial, grande parte da elite pensante e que se exprime no espaço público continua a olhar para a televisão pública como se esta fosse, no plano ideal, a grande educadora e formadora do gosto, alimentando, a partir desse equívoco, designios completamente irrealistas. O entretenimento continua a ser olhado de forma sobranceira e a ser entendido como subproduto, adequado para alimentar a boçalidade e para engrossar o lixo televisivo, sendo que, partindo dessa perspectiva, se manifesta uma incapacidade básica de considerar experiências notáveis que mostram como ele pode ser altamente formativo e desbravador de horizontes, especialmente num país como Portugal.

É evidente que o panorama televisivo – do ponto de vista das plataformas de distribuição, da diversidade das ofertas e das modalidades de uso e apropriação – tem vindo a modificar-se de forma acelerada. Alguns entendem que a nova realidade torna obsoleta a ideia de serviço público de televisão, enquanto outros acham que as novas formas interactivas, abertas pelas redes e plataformas digitais, criam oportunidades para que haja um outro modo de relacionamento dos serviços públicos com os cidadãos.

O nosso país carece de um aprofundamento dos estudos televisivos (nomeadamente, daqueles que se debruçam sobre o serviço público de televisão) e da difusão mais regular e eficaz das respectivas conclusões. Os argumentos sólidos contribuem para dar consistência aos debates e para fugir à demagogia e ao simplismo. Aos académicos e investigadores cabe uma responsabilidade especial nessa tarefa, que está longe de ter sido assumida na sua plenitude.

Entendemos que um serviço público digno desse nome não cuida apenas dos conteúdos que oferece e dos modos diversos como os planifica e os coloca nas grelhas de programação; cuida também dos processos mediante os quais se relaciona com o seu público. Este tem de ser encarado enquanto “grande público” e, ao mesmo tempo, como estando dividido em grupos específicos de interesses, de necessidades e de expectativas. Se o serviço público o considerar apenas um mero mercado, uma mera clientela ou um simples aglomerado de telespectadores, e não alimentar em permanência formas de o ouvir, de lhe dar a palavra e de o capacitar a intervir mais e de forma mais esclarecida face aos *media*, então será apenas mais um serviço. E, sendo apenas mais um serviço, rapidamente se tornará um serviço a mais.



## Bibliografia

- Cádima, F. R. (1996), *Salazar, Caetano e a Televisão Portuguesa*, Lisboa, Editorial Presença.
- Carvalho, A. A. (2002), *Valerá a Pena Desmenti-los?*, Coimbra, Minerva.
- Louro, J. S. (2002, 11 de Maio), "Não subestimem o serviço público de televisão", *Diário de Notícias* [transcrito em M. Pinto (org.) (2005), *Televisão e Cidadania. Contributos para o Debate sobre o Serviço Público*, Porto, Campo das Letras, pp. 141-144].
- Mesquita, M. (1992), "Os meios de comunicação social" em A. Reis (org.), *Portugal. 20 Anos de Democracia*, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 360-405.
- Pinto, M. (org.) (2005), *Televisão e Cidadania. Contributos para o Debate sobre o Serviço Público*, Porto, Campo das Letras.
- Pinto, M. (org.) (2000), *A Comunicação e os Media em Portugal 1995-1999. Cronologia e Leitura de Tendências*, Braga, DCC/Universidade do Minho.
- Reis, A. (1992) "A evolução da actividade televisiva", em A. Reis (org.), *Portugal. 20 Anos de Democracia*, Lisboa, Círculo de Leitores.
- Rodes, J. M. (2005), "1974, une exception française", *Mediamorphoses*, Hors Série, Janeiro de 2005 [dossier: "Une télévision sans service public?"].
- Sousa, H. (1996), "Communications policy in Portugal and its links with the European Union", tese de doutoramento, Londres, School of Social Sciences, City University (acessível na Biblioteca Online de Ciências da Comunicação: [www.bocc.ubi.pt](http://www.bocc.ubi.pt)).
- Sousa, H. (1996), "Portuguese television policy in the international context: an analysis of the links with the EU, Brazil and the US", Comunicação à Conferência Internacional da IAMCR, Oaxaca, México.
- Sousa, H., e M. Pinto (2004), "The economics of public service television and the citizenship rhetoric", paper delivered to the Political Economy Section of the IAMCR (International Association for Media Communication Research) Scientific Conference, Porto Alegre, Brasil, 25-30 de Julho de 2004.
- Sousa, H., e L. Santos (1995) "RTP e serviço público: um percurso de inultrapassável dependência e contradição", em M. Pinto (org.), *Televisão e Cidadania. Contributos para o Debate sobre o Serviço Público*, Porto, Campo das Letras, pp. 61-80.
- Torres, E. C. (2005), "Un point de vue portuguais", *Mediamorphoses*, Hors Série, Janeiro de 2005 [dossier: "Une télévision sans service public?"], pp. 151-157.
- Williams, R. (1978), *Los Medios de Comunicación Social*, Madrid, Ediciones Península (ed. original: 1962, Penguin, Londres).

ESTADO DA ARTE DA INVESTIGAÇÃO  
SOBRE JORNALISMO TELEVISIVO

Jacinto Godinho

A primeira grande dificuldade deste estudo é de índole metodológica. Como circunscrever os estudos que incidem efectivamente sobre o jornalismo televisivo? Existe, é certo, um núcleo fundamental de títulos que não oferece dúvidas, mas há também muita investigação dispersa por entre teses que abordam genericamente a televisão ou o jornalismo. Algumas abordagens ao tema da violência na televisão cruzam, por exemplo, imagens de noticiários com outras de cinema. Outras pesquisas que analisam casos de jornalismo comparam títulos de jornais com programas de televisão. Estes exemplos mostram como é difícil demarcar com rigor o campo de análise.

Enfrentámos, portanto, este estudo com uma espécie de amostragem sintomática, de modo a suscitar algumas reflexões e interrogações, já que uma análise rigorosa só seria possível através de um profundo projecto de investigação. Decidimos organizá-lo em cinco categorias. Uma delas é, obviamente, a nuclear: a do jornalismo televisivo. As outras quatro cruzam-na através de estudos empíricos realizados sobre casos jornalísticos ou através de temáticas que abordam aspectos do jornalismo televisivo.

Estas quatro categorias abarcam estudos sobre:

- i) empresas de televisão (a RTP, a SIC, a TVI ou a TV Cabo, que, por exemplo, podem abordar aspectos económicos ou jurídicos);
- ii) o fenómeno televisivo;
- iii) o serviço público de televisão;
- iv) os fenómenos sociais (por exemplo: a violência, a televisão e as crianças, o ambiente, etc.) cuja base empírica de estudo seja os programas de jornalismo televisivo.

Primeiras conclusões gerais: a minha amostragem dá-me um total de 84 trabalhos. Este é um número meramente informativo, pois não estão aqui incluídos muitos dos artigos publicados em revistas especializadas e que são difíceis de inventariar – sobretudo porque os títulos são pouco específicos.

Os estudos, na sua grande maioria, (cinquenta e três – quase dois terços), são